# Anais da Assembléia

Nº 19 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 1.980 ANO VI

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
## ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA
## REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1980
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (**Tércio Albuquerque**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, um voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. PEREGRINO DIAS ROSA FILHO, ocorrido recentemente nesta cidade, e que consternou a classe dos advogados e seus colegas da Polícia Civil, da qual foi um dos mais ilustres componentes, na condição de Delegado de Carreira.

O ilustre extinto era um pai de família exemplar, tendo deixado nos cargos públicos por que passou a marca de seu talento, de seu trabalho e de sua probidade. Contribuiu em diversos setores da vida pública estadual e posso, pessoalmente, dar o meu testemunho de sua capacidade de trabalho e abnegação do Dr. Peregrino, quando ocupou o cargo de Inspetor do Ensino Superior.

Creio, portanto, ser justo que esta Casa do Povo paranaense, se associe à dor de sua família e de seus inúmeros amigos e familiares e registre, também, o seu pesar.

Requer, outrossim, que do presente se dê conhecimento à família enlutada, na pessoa de seu filho, o advogado Peregrino Dias Rosa Netto e de sua viúva.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER um voto de louvor à Prefeitura e a todos quantos participaram de maneira direta ou indireta na organização das difíceis tarefas, da disputa do conceituado programa "Cidade Contra Cidade", apresentado pela Rede Tupi de Televisão, através do "Programa Sílvio Santos".

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) JOÃO ELÍSIO

JUSTIFICATIVA:

Eu disse conceituado Programa, e não claudica o termo, pois é uma maneira eficiente de tornar conhecido por todo o território pátrio, uma cidade tão importante como Paranaguá, que além de abrigar um dos maiores portos do Brasil, que representa uma enorme parcela de economia paranaense, e ainda, o grande berço da civilização de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 01/80, que denomina Escola Padre Carlos Zelesny, Ensino de 1º Grau, à unidade escolar implantada no Bairro Sabará, no Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando urgentes melhorias na estrada recém-construida, que liga União da Vitória a Cruz Machado, até o Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

A referida rodovia encontra-se com as obras civis inacabadas, e com as últimas chuvas vários desabamentos se verificaram, tornando-a intransitável, prejudicando grandemente aos usuários daquela estrada, que se constitui atualmente como única via de acesso e ligação entre as cidades de União da Vitória, Cruz Machado e Pinhão, pois a antiga ligação está interrompida, em conseqüência de que uma ponte foi desmontada e que será inundada, em breve, com o fechamento das comportas da Usina de Foz do Areia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, para que sejam enviados esforços no sentido de que seja instalada uma agência daquele estabelecimento de crédito oficial no Município de São João, na progressista região do Sudoeste do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário se dê conhecimento aos Srs. Pedro Ivo Feiten, Prefeito Municipal de São João, bem como à egrégia Câmara de Vereadores daquela próspera comuna paranaense.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A criação da agência do BANESTADO em São João, é

uma velha e justa reivindicação do povo e das lideranças daquele município, que conta somente com uma agência bancária e um posto de serviço do Banco do Brasil, insuficientes para atender crediticiamente o desenvolvimento daquela comunidade.

Inúmeras vezes formulei, na condição de representante daquele povo nesta Casa, apelos, pedidos e sugestões, visando sensibilizar os dirigentes do BANESTADO e do Banco Central para o atendimento da reivindicação justa.

Quando era Presidente do BANESTADO o Sr. Celso Sabóia, fui recebido com uma comitiva do Município de São João, composta pelo Sr. Prefeito Municipal, Ivo Freiten, e outros expressivos lídetes daquela cidade, e foi assegurado que o BANESTADo tinha muito interesse em instalar-se em São João, sendo duas as praças que o Banco pretendia atender, a curto prazo, na região Sudoeste: Realeza e São João.

Pois bem. O BANESTADO há mais de um ano instalou sua agência no Município de Realeza, e agora, recentemente, conseguiu carta-patente para instalar-se em Marmeleiro.

Faltou com a verdade, portanto, para com a comitiva de São João e para com este Deputado. Creio, entretanto, que com a Pressidência do Sr. Jucundino Furtado, homem testado à frente de diversos órgãos públicos e com a sua dinâmica equipe de diretores, o Banco oficial do Governo paranaense ficará sensibilizado para o problema, e agilizará as medidas necessárias para conseguir a carta patente para São João.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação deste Plenário, e REQUER após ouvido o mesmo, aprovação para envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. General José Costa Cavalcanti, Diretor Geral da Itaipu Binacional, solicitando a publicação em Diário Oficial da União, de atos indenizatórios provocados pelas desapropriações de áreas de terras que serão atingidas pelas águas do reservatório da Itaipu Binacional.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se a uma série de fatos, tais como:

A falta de conhecimento dos critérios adotados pela empresa, por parte dos pequenos e médios agricultores;

a morosidade na formação do processo indenizatório;

a demora no pagamento em vários casos onde não há aceitação da proposta oficial da empresa;

o baixo preço proposto pelas áreas de terras, fato este que, na maioria dos casos, não oferece condições para o agri cultor, de aquisição de área idêntica na mesma região, além de outros impecilhos gerais, que vêm desde já se refletindo negativamente na área social, estão a promover contradições, injustiças, desespero além do desencanto de informações oficiais.

Diante do aqui exposto, entendemos como forma justa a solicitação em requerido, já que na publicação deverá constar, além da área total a ser desapropriada e indenizada, a área de cada proprietário, sua localização, total da indenização a ser paga, forma de pagamento e prazo, desde que a proposta tenha sido aceita oficialmente pelo desapropriado e, em caso contrário, como agirá a empresa e o proprietário da área em questão.

Buscamos Sr. Presidente e Srs, Deputados, ao apresentar este requerimento, a compreensão da Direção da Itaipu Binacional, no sentido de oferecer ao agricultor em questão, uma compensação justa, para que estes não se vejam forçados pelas contingências atuais, a engrossar as fileiras do quartel general dos desagregados de seus bens injustamente.

E não somos somente nós que estamos enxergando esta situação, mas também a Igreja, quando lança a campanha da fraternidade, baseada do slogan "Para Onde Vais?", e a pergunta se aplica quase que na maioria absoluta ao homem do campo, deslocado de seu ambiente, ou nele, sem condições de sobrevivência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente, consubstanciado em veemente apelo, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido de ser autorizada a ampliação de cursos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

O que se pretende é a criação dos cursos de Administração, compreendendo: Administração de Empresas, Comércio Exterior e Administração Hospitalar, bem como o curso de Ciências Econômicas.

O nosso apelo encontra ampla justificativa, se considerarmos que Paranaguá, hoje, com aproximadamente cem mil habitantes, situa-se entre as principais cidades do Estado, com um crescimento demográfico considerável, conseqüência do movimento cada vez maior de seu porto, um dos mais importantes do País.

A criação dos citados cursos, evitaria aos estudantes parnanguaras, o seu deslocamento para Curitiba e outras cidades do interior, já que a grande maioria tem seus empregos naquela cidade, e não dispõem de recursos para residir em Curitiba.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional da SUNAB, Pedro Tocafundo, apelando no sentido de que funcionários do órgão sejam destacados diariamente para, junto às feiras-livres, procederem à fiscalização e levantamento de preços dos produtos colocados à venda.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

Não se justifica que os feirantes de Curitiba, que atuam em áreas previamente determinadas pela Prefeitura, tendo uma série de regalias ou isenções fiscais, continuem explorando os consumidores mediante a fixação de preços absurdos.

Os produtos colocados à venda nas feiras-livres, são vendidos a preços maiores que os encontrados em barraquinhas de bairros ou em supermercados, que arcam com maiores ônus em se tratando de impostos.

Por isso, quando os consumidores não compreendem esta disparidade, é preciso que os órgãos que têm o encargo de atuar no abastecimento não somente atuem, mas também, autuem e exerçam as pressões necessárias em defesa do consumidor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de expediente ao Ministério da Agricultura, à Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, e à Secretaria da Agricultura, solicitando a estes órgãos que atuem no sentido do reconhecimento oficial da Federação das Associações Estaduais de Suinocultures do Brasil, como entidade de representatividade nacional da suinocultura, bem como para que a mesma tenha o encargo de realizar o registro genealógico de suínos.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Em 1955, quando o Rio Grande do Sul era o único Estado onde a suinocultura era representativa, um grupo de suinocultores daquele Estado fundou a Associação Brasileira de Criadores de Suinos - ABCS, com sede na cidade de Estrela. Com o desenvolvimento da suinocultura em outros Estados, formaram-se associações de suinocultores em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, todas vinculadas à ABCS.

Com a sede da ABCS em Estrela, Rio Grande do Sul, os criadores de suínos do Rio Grande do Sul sempre controlaram a direção da mesma, apesar de que a produção de suínos naquele Estado não chega aos vinte e cinco por cento do total verificado no País. Este controle deve-se ao fato de que os suinocultores gaúchos têm facilidades de locomoção para as reuniões da ABCS. Os estatutos da entidade foram modificados, de acordo com a vontade da Associação naquele Estado, que controla as decisões da ABCS, pois as mesmas são tomadas pelo Conselho Deliberativo que é formado pela representação estadual, bem como pelos cargos de confiança do Presidente, o que lhe garante o controle de 2/3 deste conselho.

Em decorrência desta situação, o Presidente da ABCS perpetuou-se no cargo desde 1965, sempre amparado pela maioria dos criadores gaúchos, nas assembléias realizadas em Estrela, que gozam de uma atenção privilegiada, em detrimento de criadores de outras regiões.

Estes acontecimento provocaram uma série de atritos entre as Associações de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, e a diretoria da ABCS, principalmente porque consideravam o Presidente da ABCS como déspota, pois suas atitudes são inidôneas e desrespeitosas.

Em abril do ano passado, 1979, os representantes de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, renunciaram seus cargos na ABCS, e as Associações destes Estados retiraram-se da entidade.

A seguir, fundaram uma nova entidade de representatividade em âmbito nacional da suinocultura, e que também tivesse o encargo de realizar o registro genealógico de suínos, conseguindo o apoio das Associações dos Estados do Rio de Janeiro, Goiás e Bahia, que representam a grande maioria dos criadores e rebanho de reprodutores do País, pois hoje apenas vinte e cinco por cento de animais puros estão sendo controlados pela ABCS. A fundação da Federação das Associações Estaduais de Suinocultores do Brasil, deu-se em 17 de julho de 1979, na cidade de São Paulo, onde só não fizeram representar-se as Associações do Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Esta Federação fixou como meta prioritária o preenchimento da lacuna da defesa da suinocultura nacional em todos os sentidos (insumos, crédito, comercialização etc.) e atendimento a todos os suinocultores, sejam eles produtores de reprodutores, empresas ou criadores individuais.

Sem dúvida, a FAESB - Federação das Associações Estaduais de Suinocultores do Brasil, é a legítima representante dos criadores de suínos do Brasil, devendo, pois, os órgãos governamentais reconhecerem e oficializarem-na, além de oficializarem o Registro Genealógico a ser efetuado pela mesma.

Fazendo isto, o Ministério da Agricultura estará se colocando ao lado dos mais altos interesses dos suinocultores brasileiros, pois atualmente, setenta e cinco por cento dos animais puros do Brasil, estão localizados nos Estados cujas Associações fundaram a FAESB e retiraram-se da ABCS.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Edson Machado de Souza, MD. Secretário de Estado da Educação, solicitando medidas, através da 47ª Inspetoria Regional de Ensino, que visem corrigir irregularidades que estariam ocorrendo na Escola Padre Anchieta, Linha São José, Município de Barracão.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e aos Excelentíssimos Srs. Vereadores.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

Está lotado para ministrar aulas na Escola Padre Anchieta, o Professor Estadual Vitório Silva Dias. Segundo os pais dos alunos da referida escola, freqüentemente o Professor Vitório é substituido por sua filha ou sua nora, enquanto trata de assuntos particulares.

Estas, quando lecionam, teriam, por diversas vezes, a título de castigo, retido as crianças após o horário escolar. De outra parte, estaria também havendo desvio da merenda escolar, denúncia esta que nos foi transmitida por pais de alunos.

O assunto já foi motivo de pedido de informações do Vereador Augusto Ângelo dos Santos, sem quaisquer providências mais efetivas.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, Oscar Alves, apelando no sentido de que as várias marcas do leite consumido pela população paranaense, sejam submetidos a exames de laboratório, com vistas a identificar qual a qualidade do produto e se o mesmo apresenta condições de consumo.

Requer, outrossim, que os resultados dos exames sejam comunicados através da imprensa.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

Há tempos atrás, a imprensa de Curitiba, enfocando o problema da qualidade do leite, comprovou através de exames de laboratório, que várias marcas do produto continham impurezas prejudiciais à saúde da população.

Mais recentemente, em São Paulo, uma denúncia dava conta de que o leite era impróprio ao consumo. E não é novidade o fato de a imprensa noticiar, de quando em vez, reclamações dos consumidores quanto à qualidade do leite vendido no Paraná, sabendo-se que este produto, da bacia leiteira do Norte do Estado, que abastece também Curitiba, é colocado igualmente no mercado de São Paulo.

E, portanto, nada mais salutar e recomendável, do que as autoridades sanitárias atenderem a um reclamo da população.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Douglas Luz, DD. Presidente da COPEL, solicitando o seguinte:

1) Que se informe o valor dos pagamentos efetuados pela COPEL à DM Construtora de Obras, na Usina de Salto Osório, e quais os serviços prestados por ela;

2) Qual o montante dos pagamentos efetuados à DM Construtora de Obras na Usina de Foz do Areia, até 1979, e quais os serviços que deram origem aos mesmos;

3) Que se forneça cópia dos contratos, se foi na qualidade de empreiteira, e os boletins de medição referentes a cada contrato, bem como o valor dos pagamentos efetuados pelos serviços contratados à DM;

4) Que se forneça informações idênticas à solicitação do item 3, se a DM executou serviços de sub-empreiteira;

5) Que se forneça o montante de pagamento efetuado à Construtora Andrade Gutierrez, por serviços prestados em Foz do Areia, bem como cópia dos contratos, especificando os trechos executados pela mesma, na referida obra;

6) Que se forneça cópia do aditivo contratual celebrado com a firma Andrade Gutierrez.

7) Que se forneça detalhadamente quais os procedimentos adotados quando da contratação de sub-empreiteiras, por empreiteira contratante de serviços junto à COPEL, e sob que condições as mesmas podem efetuá-los;

8) Que se forneça informações se a DM executou serviços para a COPEL em outros locais, dando detalhes sobre eles, se isso tiver ocorrido;

9) Informar se a DM trabalhou por administração para a COPEL, para que serviços, locais e quais os valores pagos pelos mesmos, dentro dessa modalidade;

10) Informar que modalidade de contratação é essa, como são efetuados os pagamentos e porque e quando essa modalidade é utilizada;

11) E ainda, se a COPEL pode contratar firmas que possuam em seus quadros, funcionários pertencentes à mesma, e se isso ocorre, explicar quando e porque.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Queremos esclarecimentos. O Povo exige esclarecimentos. O Governo tem obrigação de esclarecer e dar esclarecimento de tudo. Quem não vem assim procedendo, fica sob suspeição. E a pior coisa para um Governo é ficar sob suspeita.

Bilhões de cruzeiros foram empregados e o povo quer saber como. Não basta dizer-se, sofismando, que o Tribunal de Contas está aí para analisar, para julgar. TELEPAR, SANEPAR, COPEL precisam informar, esclarecer. Provar. Ou são "Monstros Sagrados" intocáveis? "Quem não deve, não teme".

Numa hora histórica das mais nebulosas, em que o empobrecimento atingiu quase a todos, é mister saber-se porque alguns poucos encheram as burras. Trabalho honesto? Não sabemos porque inúmeras firmas do mesmo setor são concordatárias ou faliram, e outras aumentaram ao infinito seu crescimento. Houve favoritismo? Os homens que dirigem empresas como a COPEL favoreceram alguns em detrimento de outros? Se não, dêem as pistas para o povo saber.

A censura, a imprensa impediu que neste País houvesse fiscalização real do povo sobre os negócios públicos.

O amesquinhamento do Poder Legislativo e Judiciário, sob o guante ditatorial, levou a distorções gigantescas.

A impunidade foi uma constante durante todos estes anos. Os trombadinhas proliferaram, mas o mal que causam é pequeno diante do mal causado pelos "trombadões". Estes estão sãos e salvos.

Não temos certeza, temos dúvidas. E a dúvida sobre os negócios públicos não podem existir.

Há explicações convincentes para quem, trabalhando com o dinheiro do povo, dá o "salto olímpico" de vinte mil cruzeiros para cento e setenta milhões em tão pouco tempo? Se ela existe, qual é?

Se uma sub-empreiteira ganhou tanto, quanto não ganhou então a empreiteira titular.

Não teria havido dilapidação do dinheiro do contribuinte?

As perguntas estão feitas. Será que as respostas virão?

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Sr. Ministro do Planejamento, Delfin Neto, e ao Secretário especial de abastecimento e preços, Sr. Carlos Viacava, apelando no sentido de que todos os derivados do leite, principalmente o queijo, o iogurte, a manteiga e a nata, sejam incluidos na relação dos produtos cujos preços são controlados pelo Governo, mediante o tabelamento.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

O tabelamento seria a fórmula idela para acabar de uma vez por todas com fatos que se repetem várias vezes no ano, em todo o País, com o leite sendo racionado sempre que ocorrem pressões altistas por parte das empresas que industrializam e distribuem o produto ao consumidor. O leite é racionado, mas o mesmo não acontece com os derivados, que são industrializados com grandes lucros pelas empresas que exploram este setor do abastecimento, em detrimento das necessidades básicas do consumidor que sempre acaba perdendo.

E, certamente, isto não aconteceria, se também estes sub-produtos tivessem seus preços controlados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. Desembargadores Marino Bueno Brandão Braga e Ossian França, sugerindo-lhes, na oportunidade em que se elaborar o novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, sejam procedidas as seguintes alterações:

1) Criando-se a Comarca de Céu Azul, incluindo o Município de Vera Cruz.

2) Criando-se o Distrito de Diamante, na Comarca e Município de Matelândia.

3) Criando-se a Comarca de Nova Aurora, abrangendo o Distrito de Palmitópolis.

4) Criando-se a Comarca de Capitão Leônidas Marques, abrangendo os Distritos de Santa Lúcia, Boa Vista da Aparecida e Alto Alegre, com a criação deste último.

5) Criando-se a Comarca de Catanduvas, abrangendo o futuro Município de Três Barras e os Distritos de Ibema e Ibiracema, com a criação deste último.

6) Corrigindo-se o item 24, do artigo 211, para que se dê a denominação de MUNICÍPIO ao antigo DISTRITO de CAFELÂNDIA, permanecendo na Comarca de Cascavel.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A região Oeste do Paraná, evoluiu muito nesses últimos cinco anos.

O seu desenvolvimento alcança não só o fator populacional, como ainda os fatores econômico e social.

A estrutura da justiça torna-se, portanto, ineficiente, dada a impossibilidade de atendimento a todas aquelas áreas descritas em nosso requerimento.

Basta dizer que vários distritos estão alcançando, com inteira justiça, sua emancipação política, como é o caso de Vera Cruz, Três Barras e Cafelândia, além de Boa Vista da Aparecida, que também o pretende.

O processo dinâmico pelo qual vem ocorrendo modificações na estrutura do Poder Judiciário e o grande empenho de seus dirigentes, torna oportuna a apresentação deste requerimento, o qual virá, também, reforçar o posicionamento de outros Parlamentares daquela região.

O SR. PRESIDENTE – (**Tércio Albuquerque**) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há um nó, em Brasília, difícil de desatar. Os políticos estão preocupadíssimos com os problemas econômicos e os economis-

tas preocupadíssimos com os problemas políticos. As bolas estão trocadas, mas todos têm motivos para tanta preocupação. Nesse ponto de vista, defendido pelo "INFORME JB" do Jornal do Brasil, há que se fazerm um reparo: não ocorre apenas em Brasília tamanha preocupação, mas sim, em todo o País.

A classe política, de todo o País, está seriamente preocupada com os problemas econômicos que estão afetando seriamente e principalmente o bolso do pequeno consumidor, que não tem mais condições de entender o fracasso da série de medidas que vêm sendo tomadas, objetivando minimizar os efeitos da inflação que tomou conta desta Nação.

O consumidor brasileiro, seja ele grande, médio ou pequeno, não tem mais a quem recorrer, a não ser agarrar-se à esperança de que um dia qualquer alguém resolva impor medidas capazes de defendê-los dos dois grandes males que o afeta: o aviltamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e a discutível qualidade dos produtos que são colocados nas prateleiras dos supermercados, dos armazéns, das farmácias e das panificadoras.

Entendemos que o consumidor brasileiro está totalmente desamparado. Embora existam órgãos como a SUNAB, como as associações de defesa do consumidor, nada disso está resolvendo, porque suas ações têm sido, pelo menos até agora, muito limitadas.

Por estas razões, e pelo fato de termos sido, ultimamente, muito procurados por dezenas de pessoas que nos indagam a respeito do problema de diversas áreas, entre as quais as de ordem econômica, é que estamos apresentando, nesta data, requerimentos onde fazemos a abordagem de assuntos que consideramos de suma importância.

O primeiro deles, diz respeito a uma situação que se repete mais de uma vez por ano: a falta de leite, em plena época de safra, face ao boicote das empresas beneficiadoras e distribuidoras do produto, na tentativa de pressionar o Governo a conceder o aumento de preço. Estamos requerendo o envio de expediente ao Secretário Especial de Abastecimento e Preços, Carlos Viacava, bem como ao Ministro do Planejamento, Delfin Neto, apelando no sentido de que todos os sub-produtos do leite sejam incluídos na relação dos produtos controlados pelo Governo, em forma de tabelamento.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o leite é racionado sempre que as empresas que manipulam, que industrializam o produto, reivindicam o aumento de preço para o leite. E nesse ponto, abrimos um parêntesis: os produtores são os que menos se beneficiam com o aumento. A eles são dadas apenas migalhas que não servem absolutamente para qualquer estímulo à exploração leiteira, porque o pagamento do ICM, é para eles um tributo pesado, e até mesmo desestimulador. Seria o caso de o Governo pensar na redução ou até na isenção deste imposto, fato que, seguramente, propiciaria estímulos aos produtores de leite.

O segundo requerimento é destinado às autoridades da Saúde Pública, e tem em vista identificar a qualidade do leite que é vendido à população.

Temos recebido inúmeras queixas a respeito do problema, e o fato vem se agravar ante a notícia de que o leite consumido em São Paulo está contaminado. E isto nos preocupa, porque sabemos que o Paraná destina, também, parte de sua produção para aquele vizinho Estado, mas mesmo que assim não ocorresse há precedentes que justificam nosso posicionamento, porquanto a imprensa chegou a noticiar e comprovar, depois de exames laboratoriais, a má qualidade do leite vendido à população do Estado.

Neste nosso requerimento, estamos solicitando à Secretaria da Saúde que proceda a coleta do material para os respectivos exames de laboratório, a exemplo do que ocorreu com o café, após as denúncias formuladas pelo Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Jacarezinho, e integrante do Conselho Consultivo do Café.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando um requerimento à Delegacia Regional da SUNAB solicitando que o órgão passe a exercer fiscalização severa de preços junto às feiras-livres que atuam em Curitiba.

Muitos feirantes, em que pese uma série de incentivos fiscais, e sempre usando uma série de argumentos para justificar os preços altos, o frio, a geada, o excesso de chuvas, os preços nas fontes produtoras, chegam a ter lucros superiores a cem por cento nas vendas dos produtos adquiridos junto ao CEASA, como aconteceu com o pêssego, a nactarina e com a ameixa. As reclamações em torno do problema, são muitas.

Nos baseamos nestas informações, para solicitar a intervenção fiscalizadora por parte da Delegacia Regional da SUNAB porque não se justificam preços abusivos por parte dos feirantes que contam, como já disse, com certos incentivos, justamente para a minimização na fixação de preços ao consumidor.

Enfim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando os consumidores não compreendem certas disparidades, é preciso que os órgãos que têm o encargo de atuar, não somente atuem, mas autuem e exerçam as pressões necessárias em defesa do consumidor.

Muito obrigado — **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE — **(Tércio Albuquerque)** Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cidade de Paranaguá busca melhorar o nível intelectual de seus munícipes. Assim sendo, desta tribuna, venho fazer um apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de abrirmos um leque no ensino superior de Paranaguá.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela cidade, necessita urgentemente ter ampliado os seus cursos, tais como o de Administração de Empresas, Comércio Exterior e Administração Hospitalar, bem como o de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, isto porque há uma grande dificuldade da mocidade estudantil da terra de Fernando Amaro locomover-se para Curitiba, a fim de freqüentar as faculdades que inexistem em Paranaguá.

Quero lembrar que Paranaguá, uma das mais importantes cidades do nosso Estado, com cerca de cem mil habitantes, merece esta consideração do Sr. Governador.

Estamos convictos de que Sua Excelência, não regateará esforços no sentido de lotar Paranaguá desses cursos, que de há muito anseia a sua população, e nós, hoje, fazemos um apelo ao Sr. Governador, para que, dentro de um curto espaço de tempo, torne realidade esta antiga aspiração do povo parnanguara.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE — **(Tércio Albuquerque)** Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Seria nosso dever, neste instante, em nome dos que se dedicam à agricultura e à pecuária, manifestar nosso agrado por haver sido, ainda que tarde, estabelecido o preço mínimo para o trigo.

Lamentavelmente, não o faremos, porque existe um complexo na agricultura, constituido de terras, insumos ou máquinas e adubos e inseticidas, e em lugar destacado a mão-de-obra humana, cujos itens estão sendo aumentados de maneira que o novo preço do trigo, embora cento e vinte por cento superior ao do ano passado, ainda é insatisfatório.

Vejamos que a mesma área de terras ocupada pelo plantio do trigo, ela o é pela lavoura, ou cultura da soja. Então, chegamos aos pontos cruciais: adubo de cinco mil cruzeiros, a tonelada foi para Cr$ 15.000,00.

Os prazos para as máquinas não são alongados ou prorro-

gados, e os juros são, ao contrário, aumentados. O combustível é algo de impor medo, tanto pelo seu preço como pelo risco de faltar.

As sementes sobem extraordinariamente a cada ano agrícola. Os caminhões que se encarregam do transporte do produto colhido na lavoura para as zonas de estocagem, ou secamento, sobem muito de preço. Haja visto o caso da soja, que se nós a negociarmos internamente, obteremos um preço muito superior ao que alcançaremos se a venda for para o exterior, porque, no caso de exportação, seremos obrigados ao pagamento de uma taxa elevada, estabelecida pelo Governo Federal.

Não é o nosso propósito discutir se as medidas governamentais destinadas a obter maiores recursos para o equilíbrio do balanço de pagamentos, devem ou não, recair tão pesadamente sobre o agricultor. Mas temos o direito de afirmar que os apelo do Governo no sentido de aumentar a produção agrícola, todos se mobilizaram e estão procurando atendê-lo. O Paraná inteiro é testemunha das medidas práticas postas em execução na área estadual para o aumento da produção agrícola em geral, não tendo faltado nem financiamentos, nem assistência técnica, nem esforços para reduzir as dificuldades para o carreamento de tão elevada colheita, ou produção, mas poderá haver, ainda é tempo, de medidas por parte do Governo Federal, ao qual está subordinado o órgão fixador de preços, no sentido de que se o confisco da soja vier a cair — como muitos esperam— que o produto deste confisco seja entregue ao produtor, exclusivamente ao produtor. E se o confisco for mantido, que se faça em forma de carta de crédito ao produtor da soja, carta de crédito nominal, só transferível em favor de credor por bens utilizados na própria lavoura, quer seja entidade bancária ou comercial, mas em especial para atender ao pagamento de juros de todo e qualquer investimento agrícola.

Se assim ocorrer, o Governo terá os dólares de que necessita em sua balança de exportação, e o produtor será um colaborador desse resultado, mas não será um sacrificado, como em sendo ano após ano.

Com medidas em apreço seriam realmente atendidos os objetivos reais do Executivo brasileiro: aumentar ao máximo a exportação, mas sem sacrificar o agricultor e sem permitir que o produto exportado venha a faltar no consumo interno, gerando novos e mais graves problemas.

Era só. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — **(Tércio Albuquerque)** Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, quarto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme denúncia do eminente Senador Paulo Brossard, o povo continua pagando e caro, as benesses dos detentores do Poder.

Denuncia o ilustre Senador, que o Ministro das Minas e Energia, Sr. César Calls, gasta apenas um milhão e meio de cruzeiros com o pagamento de empregados domésticos. Será que o povo deve pagar tão caro pela permanência dessa incompetência no Ministério das Minas e Energia? Será que o povo brasileiro é obrigado a pagar empregados ao Sr. Ministro, para assistirem seu banho, limparem seus ouvidos moucos, engraxarem seus sapatos, que estão a espezinhar a nossa economia?

Esta é a dura realidade que vimos acontecer em todos os escalões do Governo, que dá a um Ministro simplesmente a importância mensal que pagaria nada mais nada menos que vinte empregados de seis mil cruzeiros cada um, ou ainda, quarenta empregados de salário-mínimo, e talvez seja este o motivo principal de se continuar nesta terra a corrupção institucionalizada em todas as áreas do Poder.

E o que dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dos gastos do seu Ministério, de um bilhão de cruzeiros para vender uma boa imagem daquele Ministro, cuja denúncia a grande imprensa não mais falou. Talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seja esta a razão da constante alta da gasolina, e de todos os derivados do petróleo. Mas, acreditamos que aí estão os principais motivos do sofrimento de todo o povo brasileiro.

E no momento presente, o sofrimento de nossos lavradores, aos quais se impingiu a incidência do imposto de exportação da soja no valor de treze por cento, o que vem, mais uma vez, trazer prejuízos incomensuráveis, não somente à agricultura brasileira, mas a todos que aqui residem e fazem o crescimento dessa Nação.

E vimos a esta tribuna, Sr. Presidente, Sra. Deputados, nesta tarde, para dar irrestrito apoio aos valorosos agricultores do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, produtores de soja, no tocante ao seu movimento de protesto ao confisco decretado por este Governo anti-povo e desconhecedor dos problemas agrícolas do nosso País. E para conclamar a todos agricultores de nossa terra, a todos os que lutam com a agricultura de nosso Estado, para que cerrem fileiras juntamente com os nossos irmãos matogrossenses e gaúchos, para que, em uníssono, protestem contra essa medida anti-nacional em nossa economia.

Os paranaenses têm o dever de se unirem, pois são os responsáveis pela produção de mais de 1/3 de toda a soja de 1980, com mais de cinco milhões e meio de toneladas. O Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pode ficar à margem deste movimento.

Conclamamos ainda os órgãos representantes de nossa agricultura, principalmente a OCEPAR, que congrega as cooperativas paranaenses, que congrega mais de cinqüenta por cento dos lavradores paranaenses, que tomem a iniciativa de, oficialmente, liderar nossos agricultores, para que os mesmos, no dia 31 de março, levem suas máquinas agrícolas, seus implementos para as estradas e ruas das cidades, a fim de demonstrarem o seu descontentamento pela política injusta praticada contra a agricultura de nosso Estado e do nosso País.

É necessário e urgente que os órgãos responsáveis por nosso Estado, bem como todos os responsáveis pelos diversos segmentos da sociedade paranaense, se unam em torno do mesmo objetivo que é demonstrar o desagrado e o desalento de todos no Governo atual, o qual não apresenta nenhuma medida que venha favorecer o povo, mas simplesmente procura medidas para favorecer o capitalismo internacional aqui em nosso País, representado pelas multinacionais de todos os matizes.

Façamos pois, no dia 31, o dia nacional do protesto agrícola, o dia da independência da agricultura brasileira, tantas vezes castigadas pelas intempéries, mas cada vez mais castigada pelos homens inescrupulosos que orientam a política agrícola brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — **(Tércio Albuquerque)** Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, quinto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No campo político o novo assunto é a frente única dos partidos de oposição. Frente única que não pode e não deve ser confundida com a fusão dos partidos de oposição.

Aliás, consideradas as medidas políticas e a estratégia que está sendo posta em prática pelo partido do Governo, o único caminho que resta aos partidos de oposição é uma frente única.

A grande verdade é que o Governo não tem grande preocupação com a normalização institucional, pois na verdade o que deseja é perpetuar-se no Poder.

Para alcançar esse objetivo, usa mão de tudo.

Enquanto o bipartidarismo foi útil dando as vitórias desejadas ao partido governista, o bipartidarismo foi mantido.

Com os resultados de 74, na grande surpresa eleitoral — o Governo mudou de tática e para sustentar depois uma situação aparentemente cômoda, viu-se na obrigação de criar mais

biônicos, além da bionicidade já imperante de prefeitos de capitais, de área de segurança, de governadores e do próprio Presidente da República.

Todos sabíamos que estava chegando ao fim o agonizante sistema do bi-partidarismo.

E veio o fim da ARENA e do MDB.

Falou-se numa reforma partidária aberta, pura, com a devolução ao povo da democracia, até então cerceada. E o que a dita reforma partidária está fazendo no Brasil, o País inteiro sabe. E o Governo prova, mais uma vez, que só tinha um objetivo, dividir a Oposição.

Novo quadro político foi criado. Contudo, já a reforma partidária nasceu maculada, quando permitiu o Presidente da República que as famigeradas sub-legendas continuassem a sua inglória função de partidos de grupos, dentro de partidos políticos.

E depois dele toda a artimanha que se faz para evitar a realização das eleições municipais neste ano.

O Governo continua pregando que deseja as eleições, mas na prática tudo faz para evitá-las, tanto é que, recentemente, não deu quorum para a aprovação de um requerimento que pedia urgência ao projeto que facilitava o pleito municipal de 1980.

Da mesma forma, pregando e até mesmo no seu programa que é pelas eleições diretas aos governos estaduais, o partido governista está torpedeando a Emenda Lobão, sob a infantil alegação de que a emenda presidencial é mais ampla.

E agora, sentindo que mesmo com todas estas medidas, a inclinação do povo é absoluta e totalmente desfavorável ao novo ARENÃO, o Governo anseia novos lances, criar as sub-legendas para Governador e até mesmo a implantação de voto distrital.

Na verdade, o que tem acontecido nesta reforma é algo que não vai encontrar fácil explicação.

O Partido do Governo expõe ao Congresso a situação que não o engrandece: a de agir sob constrangimento.

E como o Governo continua atacando por todos os lados, usando da máquina, usando de todos os meios de forçar posições, criando figuras que possam dificultar ao máximo a alternância do poder, fica mais do que evidente que o único caminho que resta às oposições é a formação da frente única dos partidos da oposição.

A fusão de todos os partidos de oposição, com a volta do bi-partidarismo, é outro assunto . . . e podem escrever, para conferir amanhã, continuando o Governo na mesma trilha, não restará às oposições outro caminho.

E falando propriamente no Partido Popular, acho bom que os profetas políticos guardem bem as palavras ontem proferidas por Magalhães Pinto: ao considerar engraçadas as notícias de que o PDS, Partido do Governo, deverá, no futuro, fazer coligações com o Partido Popular.

Isto, comentou Magalhães — é uma prova do desespero do PDS.

Vale a fala de Magalhães, também para a política do Paraná, onde o PDS só sonha em coligar-se com Jayme Canet Júnior.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR.PRESIDENTE — **(Tércio Albuquerque)** No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já se sabe, em todo o Brasil, que o maior município produtor de soja é Cascavel. E o recolhimento de 80 milhões de cruzeiros mensais de ICM atestam estas pesquisas que a televisão, pelo "Jornal Nacional", também confirmou, além da estatística feita pelos organismos oficiais.

Não quer dizer isto, Sr. Presidente, que os demais municípios não estejam juntos nesta dinâmica de equacionamento das riquezas e da economia nacional. Ao contrário, é que tendo em vista este famigerado Imposto de Exportação, é que o Município de Cascavel vem sofrendo um terrível golpe, com a impostura fiscal do Governo.

E no Rio Grande do Sul, já se posicionam as lideranças de todos os partidos políticos, inclusive o Governador daquele Estado; Estado que é o maior produtor do País, secundado pelo Estado do Paraná. Deputados e Senadores, de todos os partidos de representação, na Assembléia, na Câmara e no Senado, se posicionam juntos, unidos, para pedir e insistir com o Governo da República, sobretudo o seu Super-Ministro, o chamado Primeiro Ministro Delfin Neto. Neste regime que nem presidencialismo nem militarismo parece ser mais. Se assemelha mais ao Regime de Parlamentarismo.

Sr. Presidente, o nosso posicionamento nesta tribuna é para pedir e conclamar todos os eminentes Srs. Deputados desta Casa, deste Poder, a exemplo do que está acontecendo no Rio Grande do Sul, no sentido de darem apoio e prestigiamento a todas as cooperativas produtoras agrícolas do Paraná, para que juntos mobilizemos, equacionemos as forças, para exigir do Ministro e do Governo da República, a imediata retirada do Imposto de Exportação de Soja.

E disse muito bem o Senador Paulo Brossard, que é um verdadeiro clima de guerra, contra o Imposto de Exportação. E dá um Conselho que os Ministros e o Presidente não se atrevam a ir nesta hora ao Rio Grande do Sul, porque correrão o risco de sofrerem agravos maiores do que os que sofreram em Florianópolis.

E conclamo, por isso, para que todos juntos, unodos, unindo todas as vozes e todas as forças de representação, no sentido de exigir a quebra, de uma vez por todas, do confisco cambial. Não há mais possibilidade de a agricultura trabalhar em paz. Nem o agricultor pode mais contabilizar nem ao menos nominalmente, um pseudo lucro, de uma safra abundante que se avizinha. É preciso que o Governo, e sobretudo os parlamentares, tomem agora, a peito, com coragem, com racionalidade e com destemor, esta bandeira que a agricultura sozinha está empunhando, para derrogar o Imposto sobre a Exportação da soja em grão, farelo e azeite.

E é preciso que a partir deste momento, todos estejamos conscientes, de que o Estado do Paraná, através do seu Governador de Estado, nenhuma moção de apoio fez publicamente até agora. A não ser nos vídeos da televisão, não houve nenhuma gestão junto ao Governo da República, para derrogar este absurdo, desumano e iníquo, Imposto de Exportação.

É nesse sentido que faço um apelo aos colegas deste Parlamento, para, juntos, juntamente com as cooperativas, formularmos protestos e as exigências a que o Estado do Paraná tem direito.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — **(Tércio Albuquerque)** No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Estamos observando que o Governo opõe toda a sorte de obstáculos à formação imediata de novos partidos políticos.

A burocracia imperante é pré-concebida: a operação tartaruga e as exigências fora do comum na Justiça Eleitoral, visam, sobretudo, impossibilitar a legalização desses novos partidos.

Não é por acaso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que isto está ocorrendo. O Governo, através de seus mentores anti-democratas, obedece a um esquema de manter o povo afastado das urnas, para que o povo não possa manifestar seu voto, o seu total repúdio a isso que aí está.

O Governo sabe que vai ser inexoravelmente derrotado pelo povo. Porisso, quer fugir das eleições. As técnicas aplicadas no retardamento para formação dos partidos políticos, têm por

fim justificar a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores, quando, por lei, esses mandatos terminam em 1980.

Graças a esse sufrágio ou subterfúgio indecente, vereadores e prefeitos ganham, de presente, mais dois anos de mandato, contra o povo desejoso de renovação contínua.

Há a suspeita de que se tramam novos golpes contra as liberdades democráticas, pois a manutenção dos mesmos vereadores de 1978, faz-nos supor que se pretenda a eleição indireta dos governadores em 1982, e que o mesmo colégio eleitoral de 1978, poderá funcionar em 1982; e que o mesmo colégio eleitoral de 1978 elegerá os governadores indiretos em 1982.

Damos, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso grito de alerta, contra o novo atentado à democracia, que se está armando nos porões em Brasília.

Outro aspecto importantíssimo da questão é o da continuidade de administrações municipais fracassadas ou corruptas. Sabemos todos que grande parte dos Prefeitos, a grande maioria dos Prefeitos, age com honestidade e com devotamento à causa pública. Mas, se toda a regra tem exceção . . .

**O Sr. Lineu Turra** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Deputado Edilson Alencar, Vossa Excelência aborda problema de possível prorrogação das eleições municipais, numa atitude de, vamos dizer, afugentamento do Governo, em enfrentar o povo nas urnas neste ano.

Na verdade, Deputado Edilson, quando já se procurou fazer a extinção dos partidos políticos, agora, recentemente, o propósito do Governo não era outro senão que não houvesse um confronto do povo com o Governo, nas urnas.

Então, o que o Governo fez? Extingüiu os partidos. Criou uma lei para criação de outros partidos, com todas as dificuldades. Aí está todo mundo confundido até na interpretação do Tribunal Superior Eleitoral, as dificuldades que estão sendo encontradas para registro dos novos partidos, exigências que se criaram além daquilo que está estabelecido na própria lei, pelo Tribunal Superior Eleitoral, exatamente para impedir que haja eleição este ano.

Nós estamos percebendo que o Governo, na verdade, como Vossa Excelência afirmou, não quer eleições, porque ele está com medo das eleições. Vêm os representantes do Governo, aqueles seus porta-vozes, dizendo que o Governo está em condições superiores para enfrentar uma eleição, e que, portanto, seria uma luta desigual e por isso ele desejaria prorrogar as eleições . . .

Ora, quando que esse Governo teve escrúpulos para tomar atitudes, no sentido de se manter no Poder? O continuismo? Quando? Será que ele agora terá escrúpulos de se derrotar nas urnas o partido de oposição? Eu não acredito em escrúpulos. Acredito numa manobra insincera, numa manobra até covarde do Governo, e traiçoeira, no sentido de retirar o poder de decisão do povo.

Era esse o aparte que eu tinha que dar a Vossa Excelência.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte do ilustre Deputado Lineu Turra, cujos esclarecimentos vieram, de maneira agradável, ilustrar o nosso modesto pronunciamento.

**O Sr. Dácio Leonel** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Gostaria apenas de, acompanhando e cumprimentando o pensamento de Vossa Excelência, me permitir a leitura de um trechinho bem curto que, curiosamente, estava na minha pasta de uma notícia inserida no último dia 19, no jornal "Folha de São Paulo". Diz:

"Um assessor do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, informava que todos os meios serão usados para evitar as eleições municipais neste ano", acrescentando que "até agora o Governo evitou imiscuir-se no problema, porque está aguardando com apreensão, a votação da Emenda Lobão, em cuja derrota concentra todas as forças.

A informação foi confirmada pela convicção manifestada pelo Deputado Henrique Brito, do PDS bahiano, a respeito do adiamento das eleições, depois de avistar-se por meia hora com Abi Ackel. O Parlamentar entrou no gabinete em dúvida, sobre o assunto, e ao sair, risonho e tranqüilo, disse que não poderia exprimir-se pelo Ministro, mas que saia convencido de que não haveriam eleições este ano".

É uma nota publicada, veja, Deputado, num dos mais vibrantes jornais brasileiros, a "Folha de São Paulo".

Agora, esta notícia, nesta altura, ainda não era novidade, porque depois deste fato, já tomamos conhecimento do outro, quando parlamentares dos partidos de oposição, reuniram-se e apresentaram à Mesa da Câmara um requerimento, solicitando que fosse dada prioridade e urgência para a votação de um projeto de lei, cujo projeto tão somente facilitava a realização das eleições de 80, permitindo que as Comissões provisórias pudessem fazer o encaminhamento do registro dos seus candidatos.

E o que acontece? Acontece que o partido do Governo, simplesmente deixou o plenário, para não dar quorum para a votação.

Naquele dia, a imprensa nacional dizia: "Arenão fugiu do plenário, e como conseqüência, fugiu das eleições".

Era o aparte, Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Muito obrigado, Deputado, pelo aparte.

Mas, como dizia, encontramos por este Estafo a fora, prefeitos realmente dedicados e que procuram desenvolver um trabalho em seus municípios, consoante as expectativas de sua população. Em contrapartida, vemos também, por esse Brasil a fora, prefeitos desonestos, corruptos, e querem por mais tempo, continuar à frente do Poder Executivo Municipal, para usufruir interesses até pessoais.

Existem prefeitos negligentes e nós o sabemos, sem visão nós os conhecemos. Desprovidos de qualquer espírito de iniciativa, em conseqüência, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados a coletividade padece e suspira, pelo dia em que expire o mandato do seu administrador. O voto democrático, o voto livre, o voto soberano, fará por certo a substituição normal e pacífica do mau prefeito, pelo bom prefeito.

Piora muito a situação quando prefeito, mancomunado com vereadores, também desonestos, dilapida, sem pejo e sem medida, o Tesouro Nacional. São mais freqüentes do que o desejado a notícia de verdadeiros assaltos, praticados por esse tipo de gente, aos dinheiros públicos. Ora, é a falsificação de folhas de pagamento de pessoal, ora é o favorecimento ilegal a fornecedores e empreiteiros da municipalidade, nas tomadas de preços e nas concorrências, com ganhador previamente acertado. É claro que, em todos os casos, o ganhador tem de pagar um prêmio, nada modesto, aos que o fizeram ganhar. Multiplicam-se assim, pelo Brasil a fora, os prefeitos e os vereadores enriquecidos ilicitamente.

Temos tido, no Estado do Paraná, casos inúmeros, inclusive entre os de nomeação, de prefeitos que corromperam, de prefeitos que transformaram as prefeituras em balcão de negócios escusos, repelidos, com indignação pelo povo. Não se restringiu a um ou a dois casos a cassação, por corrupção, de prefeitos. Outros prefeitos, não menos corruptos, continuam no exercício do mandato, porque dispõem, esquisitamente de maioria, em certas Câmaras Municipais, e, por essa razão, estão livres do processo de "impeachment" e de serem penalizados por sua venalidade e por seu amoralismo.

Parece-me, Sr. Presidente, que até poucos dias atrás, nesta Casa, um Deputado que representa uma grande região nesse Poder, entrava com um pedido de licença para processar um prefeito que, na opinião dele, é um prefeito corrupto do

Paraná.

Continuando, razão pela qual perguntamos: É justo que o povo, de mãos atadas por ter sido comprada a maioria de tais Câmaras Municipais, seja obrigado a suportar mais dois anos além do mandato de quatro anos estipulado por lei, os prefeitos que não se importam com os seus deveres e os prefeitos que se vendem à toa?

Tendo em vista os fatos, que são do perfeito conhecimento desta Casa, e para evitar-se mal maior em cada município brasileiro, conclamamos os patriotas de boa vontade a que se unam, numa frente única nacional, para obrigarem o Governo Federal a um recuo em seus nefastos propósitos anti-democráticos, a fim de que se realizem, como está previsto em lei, as eleições municipais de 1980.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Nós estamos escutando Vossa Excelência a falar em prefeitos corruptos. Então tem um adágio popular do nordeste que diz: "Ó gente tem que dar o nome aos bois". Vossa Excelência fala, fica em suspense, como querendo atacar a todos os prefeitos que pertencem ao Paraná.

Nós temos a honra e a satisfação de vir aqui, de público, dizer que somos favoráveis à prorrogação de mandato dos prefeitos, porque os prefeitos tiveram os votos populares e legítimos, embora fosse por quatro anos.

Agora, os prefeitos desonestos e os deputados responsáveis deviam vir à tribuna, Deputado Edilson Alencar, desta Assembléia e de todas as Assembléias do Brasil, e dizer os nomes dos prefeitos que são corruptos.

Porque nós respeitamos prefeitos que não pertencem hoje a nossa grei, mas os respeitamos como respeitamos todo o cidadão brasileiro que tem direito a dirigir e a dirimir as causas dos municípios.

Agora, eu vejo Vossa Excelência atacar prefeitos sem dizer nomes e nós, como representante e dentro da nossa humildade peculiar que é de nosso feitio, representamos 18 Prefeitos aqui do Norte Pioneiro, não vemos Vossa Excelência dizer nomes. Porque talvez se o Prefeito, um homem honrado, que é o Prefeito de Assis Chateaubriand, que Vossa Excelência não tem condições de conversar porque ele o ajudou e Vossa Excelência o elegeu, e em praça pública, Vossa Excelência disse que é um homem sério e de fato nós endossamos. É um homem sério e honesto. Só porque ele divergiu dentro de um prisma diferente, vem Vossa Excelência carismático, desta tribuna, dizer que os prefeitos são todos incompetentes ou ladrões.

Agora, eu queria que Vossa Excelência, dentro da responsabilidade que cabe ao parlamentar, dissesse o nome desses prefeitos. Porque não é possível, Sr. Deputado, nós virmos aqui escutar balelas. Nós temos mais o que fazer! Nós vemos prefeitos responsáveis que deixam do seu trabalho para vir aqui a Curitiba para carrear benefícios para a sua terra.

Agora, Sr. Deputado, eu lhe faço um desafio, dentro da amizade: diga os nomes dos prefeitos corruptos que Vossa Excelência fala e dos desonestos.

Muito obrigado.

Diga os nomes para que Vossa Excelência possa subir no conceito do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Eu achei, nobre Deputado, que não havia necessidade nenhuma de citar nomes, porque talvez Vossa Excelência, através da imprensa do Paraná, já tivesse conhecimento.

Mas parece-me que Vossa Excelência, ou está desinformado, porque não sabe que há poucos dias a Justiça acatou a decisão da Câmara Municipal de Terra Roxa, que cassava o Prefeito daquela cidade, por corrupção, por atos desonestos, por roubo. E Vossa Excelência talvez não saiba, mas não é somente esse caso de corrupção. Outros existem. E Vossa Excelência sabe que há poucos dias em Morretes, também a Câmara Municipal, não sei se cassou, mas se não cassou poderá cassar em breve.

O Paraná, o País, Sr. Deputado, tem conhecimento. Talvez, somente Vossa Excelência, não sei se Vossa Excelência não lê jornal, que não saiba do problema que a municipalidade de Terra Roxa está sofrendo, quando para representar o Poder Executivo de Terra Roxa, elegeram um cidadão que ao invés de proteger o patrimônio do povo, estava dilapidando o patrimônio do povo.

Prefeito desonesto, cassado, que o juiz honesto da comarca não concedeu a liminar e está lá, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não admito que o povo de Terra Roxa e de outros municípios que possuem prefeitos daquela estirpe possa tolerar, conviver com um cidadão desta qualidade por mais de dois anos.

Era isso, Sr. Presidente, era isso, Srs. Deputados.

**O Sr. Nelton Friedrich** — Vossa Excelência me permite um aparte? (**Assentimento**).

Vossa Excelência trouxe, mais uma vez ao Plenário, um assunto que nunca se esgotará. Porque já é princípio consagrado de que realmente o oxigênio da democracia são as eleições.

Mas, de um lado nós vemos o que hoje está se passando no Congresso Nacional, a Emenda Lobão está sendo enganada pelo lobo mau que é a maioria do Governo no Congresso Nacional.

Não passando a emenda, claramente rasga-se o programa do PDS neste País. Porque há que se fazer justiça de uma vez por todas: a prática tem que corresponder à pregação.

O programa partidário precisa ser exercitado.

Ora, se o testemunho da democracia são as eleições periódicas, por que não eleições em 1980? Por que não aproveitar a vontade popular que elegeu os seus prefeitos no Brasil inteiro, nos seus respectivos municípios, tão somente por quatro anos? E é totalmente contra a ética e até imoral, uma prorrogação de mandatos.

Bem disse há poucos dias, numa concentração popular, o nosso Senador José Richa, do PMDB, que ele, que tem uma grande experiência política, talvez não tenha conhecido ainda uma safra de maus prefeitos como a grande maioria de maus prefeitos que existem no Paraná e em outros estados.

Ora, ilustre Deputado, a eleição é fundamental. A consulta popular, — isto é tão primário que dispensaria nós, políticos, estarmos falando este tema, mas nós que regredimos na História para 1930, quando este País conquistou o voto direto, universal e secreto, regredimos todos estes anos graças ao quê? Graças ao determinismo de um grupo que absorveu este Poder, controla-o, tem aqueles que o servem e que o aplaudem e este Governo não quer o povo e não quer a consulta popular.

Reportaria-me, só para terminar, Deputado, se os Estados Unidos da América do Norte, que em quase nada servem de exemplo para nós, mas ao menos há uma democracia sólida de 200 anos. E como ela se iniciou?

Iniciou-se fundamentalmente nas treze colônias americanas, que muitas delas faziam eleições municipais cada seis meses; porque havia um princípio já definido naquele início de colonização inglesa nos Estados Unidos, de que o ponto básico seria a rotatividade no poder. E esta rotatividade seria feita através do voto popular consagrado democraticamente nas urnas.

Reuniam-se aqueles homens, aqueles pioneiros, para periodicamente, — em algumas colônicas em seis meses mas em nenhuma passando de um ano, mudarem os seus mandatários. Era a maneira que eles entendiam para evitar o vício do poder e consolidar o regime que representava todas as forças pioneiras daquela região, que apenas iniciava sua colonização.

Aqui se faz exatamente o contrário. Dos Estados Unidos nós procuramos importar os malefícios gravíssimos do capitalismo e aqui agravamos, transformando num capitalismo selva-

gem. Procuramos importar todos os defeitos, todos os erros do urbanismo exagerado, da violência urbana, da incompetência burocrática e administrativa mas, principalmente, nós não importamos alguns aspectos positivos, como esta própria democracia de duzentos anos e uma Constituição sólida, secular e intocável.

Mas aqui neste País, — e Vossa Excelência teve a felicidade de trazer este assunto, as eleições não significam nada. Põe-se um programa partidário, mas nega-se na prática.

Hoje o Conselho de Política do Governo está reunido. Para ver da oportunidade ou não. Será que não está na hora de todos os homens deste País levarem o clamor que estamos ouvindo por aí? Este clamor que já sentimos os trovões que prenunciam uma tempestade de convulsão social. Este clamor que nós ouvimos na voz do estudante, no murmúrio do operário, no desespero da dona-de-casa, nas reclamações das cátedras, na voz dos políticos e na angústia dos trabalhadores.

Talvez seria a eleição, ao menos, superficialmente, nós evitarmos que este povo vá ao desespero. Porque sempre as urnas serviram para uma válvula de escape das tensões sociais e canaliza para as urnas a passividade das reações da humanidade.

Obrigado, Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, é muito honroso e que veio também ilustrar o nosso pronunciamento e trazer mais dados que Vossa Excelência preocupa, cujas preocupações são também nossas e são também do Paraná.

Muito obrigado.

**O Sr. Augusto Carneiro** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Nobre Deputado Edilson, solicitei um aparte e pretendo ser breve. Apenas para dizer do meu posicionamento pessoal, com referência à eleição no ano de 80. Eu sempre defendi. E continuo achando que as eleições devem ser realizadas, para reafirmação da democracia.

Porém discordo do posicionamento de Vossa Excelência e dos nobres Deputados que fizeram seus apartes e dizer de que apenas o PDS é o único partido que se manifesta contrariamente às eleições. Quando é público e notório, de que a cúpula de todos os partidos, os seus comandantes supremos, também têm dito e se manifestado e visto da impossibilidade da realização das eleições no ano de 80.

E também discordar do posicionamento de Vossa Excelência quando levanta dúvidas da honestidade dos prefeitos não só do nosso Estado, mas de todo o Brasil.

Nós sabemos de que em todas as classes existem corruptos. E é preciso que se combata esses corruptos. Mas não devemos nunca, sabedores que somos, de que a classe política, é uma classe que no conceito popular já não está com bom crédito, ainda nós mesmos políticos militantes deixamos dúvidas com referência a todos os militantes do mundo político dos Srs. Prefeitos.

Então, eu sei que devem existir prefeitos corruptos, mas existem muitos prefeitos honestos, que estão cumprindo com o seu dever, e estes nomes devem ser respeitados e preservados.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Deixei claro, Sr. Deputado, no nosso pronunciamento e fiz uma ressalva. E concordo perfeitamente, que a maioria dos prefeitos são operantes.

Mas que existe também uma pequena minoria de desonestos, de corruptos, e que o povo não pode tolerá-los por mais dois anos.

Era isto, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE **(Tércio Albuquerque)**. — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/79, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública a "APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede no Distrito de Cafelândia do Oeste, Município de Cascavel - PR. Parecer favorável da C.C.J., com Substitutivo Geral, por unamidade. — **Aprovado, pelo Substitutivo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/79, de autoria do Deputado RENATO BUENO, que declara de utilidade pública a "Associação de Viajantes do Oeste do Paraná - AVOPAR", com sede e foro no Município de Cascavel. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184/79, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Corbélia - APMI", com sede e foro no Município de Corbélia. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE **(Tércio Albuquerque)**. — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Peregrino Dias Rosa Filho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 01/80. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado expediente, com cópias de seu pronunciamento, ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de serem tomadas medidas urgentes e definitivas para sanar as gravíssimas irregularidades observadas no atendimento aos previdenciários do Município de Joaquim Távora, com a discussão encerrada. Em votação. — Os Srs. Deputados que aprovam...

O SR. JURANDIR MESSIAS **(Pela ordem)**. — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE **(Tércio Albuquerque)**. — Os Srs. Deputados...

O SR. LINEU TURRA **(Pela ordem)**. — Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE **(Tércio Albuquerque)**. — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

**(É feita a chamada nominal).**

O SR. PRESIDENTE **(Tércio Albuquerque)**. — Responderam a chamada 33 Srs. Deputados. Há número para prosseguimento da sessão.

Atendendo ao requerimento do Sr. Deputado Jurandir Messias, iremos proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram se levantar.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro a Vossa Excelência, que esclareça ao Plenário, qual o requerimento que está sendo posto em votação.

O SR. PRESIDENTE **(Tércio Albuquerque)**. — Requerimento do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, requer providências urgentes.

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria que Vossa Excelência, na condição de dirigente máximo desse Poder Legislativo, informasse a nós, Deputados, o seguinte: se feita a chamada nominal a requerimento desse grande Deputado Lineu Turra, constatou-se o número de 33 Srs. Deputados. Agora, pelo que vejo, onde estão os 33 Senhores

Deputados? E os outros? Eu requeiro chamada nominal, novamente.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Vossa Excelência, cumprindo dispositivo regimental e atendendo solicitação do Deputado Lineu Turra, procedeu a chamada nominal. Agora, me parece que o Regimento, não lhe dá condições de fiscalizar o Deputado que respondeu a chamada e depois saiu do Plenário, porquanto a Ordem do Dia já foi apreciada, já foi votada pelos Srs. Deputados. Então me parece que a questão de ordem do Deputado Tavares, não procede.

Parece-me que Vossa Excelência deverá, isto sim, atender ao nosso requerimento, e fazer a verificação de voto e não tendo número suficiente, dar por encerrada a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Quero esclarecer ao Deputado José Tavares que regimentalmente a Mesa não tem como segurar os Senhores Deputados no Plenário. Na hora da chamada, os Srs. Deputados estavam presentes e só saberemos se não estão presentes, com a verificação de votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, requeriria à Mesa que constasse em ata a retirada do ilustre Deputado João Mansur, tão ciente em fiscalizar a bancada da Oposição, quando se retira de plenário e que hoje, segundo a sua palavra, na semana passada, deseducadamente também se retirou do plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Atendendo requerimento do Deputado José Tavares, procederemos novamente a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (**Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados**).

Acham-se presentes 27 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo a criação de colégios estaduais nos Distritos de Marechal Cândido Rondon. — Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Adia-se na forma regimental, para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Trnsportes e Diretor do DER encarecendo a conclusão da retificação de traçado entre a sede do Município de Capitão Leônidas Marques ao Distrito de Boa Vista da Aparecida. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Adia-se na forma regimental, para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações quanto ao Posto de Saúde da localidade de Luz Marina, Município de Toledo. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Adia-se na forma regimental, para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança, encarecendo seja destinada uma viatura à Sub-Delegacia do Distrito de Boa Vista da Aparecida, no Município de Capitão Leônidas Marques. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à COPEL, visando providências no sentido de que a rede de energia elétrica do Município de Formosa D'Oeste alcance a Vila São Paulo. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Agricultura, Fazenda, Planejamento e Diretor Geral da CACEX, encarecendo a imediata retirada do imposto de exportação incidente sobre a soja. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Adia-se na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos e ao responsável pelo referido programa na Caixa Econômica Federal, no sentido de que sejam apressadas as liberações das verbas para execução e construção dos Centros Sociais em diversas localidades. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Adia-se na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo a instalação de uma filial do referido Banco na cidade de Vera Cruz do Oeste. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Adia-se na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos às Associações Nacional e Paranaense do Ministério Público, pela realização do Simpósio sobre Violência e Criminalidade. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Adia-se na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, em forma de apelo no sentido de ser instalado um Posto Telefônico em Porto Garbi, bem como, um monocanal em Virmond, ambas em Laranjeiras do Sul. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional do INAMPS, encarecendo a devida autorização aos demais hospitais para dar atendimento de apoio aos beneficiários do FUNRURAL. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à COPEL, visando a urgente implantação da rede de energia elétrica no Parque Residencial Morumbi II, em Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja autorizado os reparos na estrada que demanda à sede do Município de Porto Vitória à sede do Município de Bituruna. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renato Bernardi e Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo o arquivamento e fim dos procedimen-

tos jurídicos que culminaram no enquadramento de sete estudantes do Estado de Santa Catarina, na Lei de Segurança Nacional. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Adia-se na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando urgentes melhorias na estrada recém construída, que liga União da Vitória a Cruz Machado, até o Município de Pinhão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Prefeitura de Paranaguá e demais comissões organizadoras, pela participação honrosa levada a efeito no Programa Sílvio Santos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja criada uma agência daquele estabelecimento de crédito no Município de São João. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Adia-se na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de informar quanto ao pagamento às empreiteiras, sub-empreiteiras, modalidades contratuais e outras providências. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Adia-se na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Gal. José Costa Cavalcanti, Diretor Geral da Itaipu Binacional, no sentido de que seja publicado em Diário Oficial da União, atos indenizatórios provocados pelas desapropriações de áreas de terras que serão atingidas pelas águas do reservatório da Itaipu Binacional. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Adia-se na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Ministério da Agricultura, à Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados e, à Secretaria da Agricultura, no sentido de que estes órgãos atuem visando o reconhecimento oficial da Federação das Associações Estaduais de Suinocultores do Brasil. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que medidas sejam tomadas através da 47ª Inspetoria Regional de Ensino, que visem corrigir irregularidades que estariam ocorrendo na Escola Pe. Anchieta, Linha São José, Município de Barracão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, apelando no sentido de que as várias marcas de leite consumido pela população paranaense seja submetida a exames de laboratório com vistas a identificar a qualidade do produto e se o mesmo apresenta condições de consumo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro do Planejamento e ao Sr. Secretário Especial de Abastecimento e Preços, apelando no sentido de que todos os derivados do leite, sejam incluídos na relação dos produtos cujos preços são controlados pelo Governo, mediante tabelamento. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Delegado Regional da SUNAB, apelando no sentido de que sejam fiscalizados os preços das mercadorias vendidas nas feiras livres de Curitiba. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser autorizada a ampliação de cursos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor Geral, sugerindo-lhes a elevação de Céu Azul, Nova Aurora, Capitão Leônidas Marques e Catanduvas à condição de Comarcas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Secretários da Justiça e da Segurança, no sentido da criação de uma Delegacia Especial em Londrina, para o combate direto aos contrabandistas e ladrões de cargas de café e outros produtos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Secretários da Educação e da Agricultura, pedindo providências no sentido de que o Colégio Agrícola "Arlindo Ribeiro", em Guarapuava, emita com urgência, os certificados de conclusão de curso do ano de 1975 e 1976. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja inserido na ata dos trabalhos, voto de solidariedade à emenda apresentada pelo Deputado Federal Ítalo Conti, ao Projeto de Lei n.º 751. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante de sessão anterior do expediente, solicitando sejam enviados telex aos Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura e Presidente do Banco do Brasil, no sentido da imediata liberação dos financiamentos de custeio à suinocultura. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apelando para que inclua no projeto da nova Organização e Divisão Judiciária do Estado, as Comarcas de Nova Aurora e Céu Azul. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex à Comissão de Agricultura e Política Rural e aos líderes dos blocos do PDS, PMDB, PP, PTB e PT na Câmara Federal, solicitando a rápida instalação da CPI da Itaipu, bem como requer o apoiamento desta Assembléia à iniciativa do Deputado Federal Nivaldo Krüger. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário dos Transportes e Diretor do DER, sugerindo a criação do Programa de Apoio ao Agricultor — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (**Para discutir**). — Sr. Presidente, já há muito tempo que temos insistido junto à Secretaria de Transportes e ao Governo do Estado, para viabilizar um plano de ação integrada, junto aos municípios, visando o melhoramento das estradas vicinais. Exatamente porque nesta época do ano, quando os lavradores são todos mobiliza-

dos para empreender a chamada grande colheita de soja. E já pedimos em outras ocasiões e provavelmente nos socorre o pensamento de que, para não aparecer, pedido de deputado da oposição, fazendo esta moção, é que surgem estes pedidos extemporâneos de deputados ligados à área, aonde nós fazemos política, para poder, depois, demagogicamente justificar a sua ausência nos trabalhos desta Casa, dizendo que foi quem fez as gestões para a área de produção agrícola, receber máquina. Não tem dúvida, de que uma atitude desta natureza, com sério interesse geral, dos trabalhadores da agricultura, porque é necessário e urgente a implantação de um sistema de patrulhamento, para que as estradas possam ser atendidas na hora adequada, para escoamento da produção agrícola. Agora o que nós não podemos deixar de criticar, é que a permanente ausência daqueles que, nesta hora, por demagogia, quem sabe, fazem requerimento desta natureza, quando deveriam ter sido feitos antes, do problema estar eminente.

Por esta razão, Sr. Presidente, embora apoie o requerimento, não posso deixar de registrar a minha estranheza, quanto à extemporaneidade desse requerimento.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Continua em discussão o requerimento do Deputado David Cheriegate. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado, no sentido de esclarecimento sobre as razões que motivaram a não entrega do imóvel onde está localizada a Companhia Estearina Paranaense, no Centro Cívico, em agosto de 1979, conforme estipulado em contrato. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 151, 156 e 184/79.

Levanta-se a sessão.

**Atas das Comissões:**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
9ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de março do ano de um mil novecentos e oitenta, após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, e presentes os Senhores Deputados Membros desta Comissão e demais Senhores Deputados desta Casa, conforme a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI N.º 04/80, do Deputado Augusto Carneiro. Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Nova Vida, com sede na cidade de Londrina. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, marcando outra para a próxima quarta-feira, em caráter ordinário. Lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, para produzir os efeitos legais, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Gilberto Carvalho, pelos Senhores Deputados presentes à próxima reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

aa) Deputado GILBERTO CARVALHO — Presidente
Rita Soares Bertoli - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
9.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de março do ano de um mil novecentos e oitenta, às dezessete e trinta horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, e presentes os Senhores Deputados: Airton Cordeiro, Deni Schwartz, Ezequias Losso, José Tavares, Nelton Friedrich, Paulo Camargo, Renato Bernardi e Waldyr Pugliesi, bem como os Senhores Deputados desta Casa, conforme Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA: 1) PROJETO DE LEI N.º 3/80, do Deputado Ruben Valduga. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Alvorada do Sul. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL com substitutivo geral. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI N.º 197/79, do Deputado Rosário Pitelli. Declara de utilidade pública a Conferência Vicentina de Ibiporã. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI N.º 198/79, do Deputado Renato Bueno. Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia, do Paraná, com sede em Cascavel. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI N.º 171/78, do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Declara de utilidade pública o Previ Clube, Clube Beneficente de Previdência, desta Capital. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, marcando outra para próxima quarta-feira, solicitando a presença de todos em virtude de ser a última reunião da Comissão, antes da eleição da nova Presidência, conforme composição dos Blocos Parlamentares. Lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, para produzir os efeitos legais, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Gilberto Carvalho, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

aa) Deputado GILBERTO CARVALHO — Presidente
Rita Soares Bertoli - Secretária